



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

CONSELHO SUPERIOR DO IFSC

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 23 de abril de 2014

1 Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e quatorze, na rua Quatorze de Julho, nº 150, bairro
2 Coqueiros, no Auditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Santa
3 Catarina, sob a presidência da Magnífica Reitora prof. Maria Clara Kaschny Schneider. Estavam
4 presentes os seguintes conselheiros: Francisco José Montório Sobral, representante suplente do
5 Ministério da Educação – MEC; Edna Corrêa Batistotti, representante da Secretaria de Educação do
6 Estado de Santa Catarina – SED (justificou sua ausência); Sérgio Luiz Gargioni, representante da
7 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – FAPESC (justificou sua ausência);
8 Antônio José Carradore, representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina –
9 FIESC; Kátia Simone Agapito Zanela, representante suplente da Federação da Agricultura do Estado
10 de Santa Catarina – FAESC; Anna Júlia Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores
11 do Estado de Santa Catarina – CUTSC (justificou sua ausência); Fabrício de Souza Albino,
12 representante da Nova Central Sindical (ausente); Dalton Luís Ventura, representante dos egressos do
13 IFSC (ausente); César Norberto Rihl de Azambuja, representante dos egressos do IFSC; Erci
14 Schoenfelder, representante dos diretores gerais; Maria Bertília Oss Giacomelli, representante dos
15 diretores gerais; Telma Pires Pacheco de Amorim, representante dos diretores gerais (justificou sua
16 ausência); Raquel Matys Cardenuto, representante dos diretores gerais; Marcílio Lourenço da Cunha,
17 representante suplente dos diretores gerais; Clodoaldo Machado, representante dos docentes; Marcos
18 Araquem Scopel, representante dos docentes; Cleverson Tabajara Vianna, representante dos docentes;
19 Berenice da Silva Junkes, representante dos docentes; Aparecida Rocha Gonçalves, representante dos
20 técnico-administrativos; Delmar Moreira Coutrin, representante dos técnico-administrativos; Viviane
21 Patrícia Hermes Andrade, representante suplente dos técnico-administrativos; André Dala Possa,
22 representante suplente dos técnico-administrativos (justificou sua ausência); Joana Alexandrina,
23 representante dos discentes (ausente); Emanuel Luiz Flores da Silva, representante dos discentes;
24 Fernando Topal Ramthun, representante dos discentes (justificou sua ausência); Guerrando Palei
25 Júnior, representante dos discentes (justificou sua ausência). Como convidados estavam presentes:
26 Andrei Zwetsch Cavalheiro, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Paulo Roberto Wollinger,
27 Diretor de Ensino. A prof. Maria Clara iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros presentes.

28 **Pauta:** 1. Aprovação de ata; 2. Informes; 3. Alteração do regulamento da CPA; 4. Eleições CONSUP
29 e CPA; 5. Professor titular e RSC – encaminhamentos; 6. Apreciação PPI; 7. Proposta de Resolução
30 enviada pelo CEPE; 8. Entrega da Resolução 13 ao CONSUP. **Ordem do dia: 1- Aprovação de ata:**
31 Foi informado que a ata da reunião extraordinária de 26/03/20143 será aprovada na reunião de
32 21/05/2014. **2- Informes:** A presidente, prof. Maria Clara, informou: **a)** o IFSC irá receber da União
33 um terreno de 115 mil metros quadrados, localizado na Avenida das Torres, no município de São
34 José. O terreno será cedido ao IFSC e posteriormente passará pelo processo de doação. Com este
35 novo terreno, o futuro do IFSC poderá ser melhor planejado. A ideia inicial é utilizar este espaço para
36 a ampliação do câmpus São José e para a construção do Centro de Formação e Educação a Distância,
37 que atualmente está localizado em um prédio alugado no centro de Florianópolis. **b)** Participou da
38 reunião do CONIF em Brasília, onde estava presente o ministro de estado da educação, prof.
39 Henrique Paim. Como estavam acontecendo algumas reuniões simultâneas em Brasília, a diretora
40 executiva do IFSC, prof. Silvana Rosa Lisboa de Sá, acompanhou a reitora na viagem, a fim de que
41 pudessem participar de todos os eventos. **c)** Ainda em Brasília, participou do Seminário
42 Comemorativo aos 10 anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Sinaes **d)**
43 Viajou a Lages para participar da reunião que o Sinasefe-SC promoveu com representantes dos
44 câmpus. **e)** Realizou uma reunião com o reitor da Udesc, prof. Antônio Heronaldo de Sousa, e com o
45 prefeito e os assessores do município de Palmitos. Na reunião, tratou sobre as ofertas dos câmpus do
46 oeste e a articulação com a Udesc nesta região, a fim de que se possam realizar parcerias com a
47 instituição e evitar duplicidade de cursos. **f)** Foi realizado em Florianópolis um encontro que reuniu
48 os servidores responsáveis pelas áreas de Pesquisa, Ensino e Extensão dos câmpus e da Reitoria. **g)**
49 Está aberto o processo seletivo 2014.2, para ingresso no IFSC. Estão sendo oferecidas 2.838 vagas
50 para cursos técnicos, de graduação e Proeja em 15 cidades do estado de Santa Catarina. Neste
51 semestre, a novidade é a utilização de novas mídias para a divulgação do processo, como jornais,
52 rádio e televisão, diferentes daquelas que vinham sendo utilizadas. **3- Alteração do regulamento da**
53 **CPA:** A presidente, prof. Maria Clara, informou que o presidente da CPA não pôde comparecer à
54 reunião e que alguns pontos da sugestão de alteração do regulamento ainda precisam ser
55 amadurecidos. Dessa forma, sugeriu que a apreciação seja feita na próxima reunião do Conselho. O
56 Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, prof. Andrei, informou que esta alteração não afetará o
57 processo eleitoral. **Encaminhamento:** Os conselheiros concordaram em apreciar a alteração do
58 regulamento da CPA na próxima reunião do CONSUP. **4- Eleições CONSUP e CPA: a)** O
59 conselheiro Emanuel relatou a reunião realizada com os representantes discentes dos colegiados de
60 câmpus, na qual foram definidos os requisitos de elegibilidade para os representantes discentes do
61 CONSUP. Ele informou que o convite para participação na reunião foi enviado a todas as direções,
62 sendo que a reunião foi realizada no dia 15 de abril. Dos câmpus convidados a participar da reunião
63 via web conferência, 9 (nove) deles foram representados por discentes dos colegiados de câmpus,
64 sendo que os 4 (quatro) representantes discentes do CONSUP também se fizeram presentes. Na

65 reunião, foram aprovados por unanimidade 3 (três) pré-requisitos de elegibilidade para os discentes:
66 1- Ser maior de 18 anos até a data de inscrição ao processo eleitoral; 2- Para candidatos do sexo
67 masculino, possuir dispensa do serviço militar ou cumprimento dos deveres do serviço até a data de
68 inscrição ao processo eleitoral; 3- Ter atuado em ao menos um dos colegiados do Instituto Federal de
69 Santa Catarina (estando ou não em exercício), conforme citado a seguir: - Conselho Superior; -
70 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão; - Colegiado de Câmpus. Os pré-requisitos 1 e 2 são
71 irrevogáveis. Já em relação ao 3, caso a quantidade de inscritos ao processo eleitoral seja inferior à
72 quantidade de cadeiras titulares e suplentes, toda a comunidade discente poderá apresentar sua
73 candidatura. **b)** A presidente do Conselho informou que a Comissão Eleitoral Unificada já foi
74 constituída e que os membros teriam uma reunião no dia seguinte com a DTIC, a fim de que fosse
75 apresentado o sistema de votação online a ser utilizado nas eleições do CONSUP e da CPA. Em
76 relação à composição do Conselho Superior, ela questionou a obrigatoriedade de titulares e suplentes
77 terem que ser do mesmo câmpus, alegando que isso interfere na representatividade, que se restringiria
78 a um número muito pequeno de câmpus representados. Ainda sobre a composição, a presidente
79 informou que conforme a proporcionalidade de representantes estabelecida no Regimento Interno do
80 Conselho Superior, nas próximas eleições o número de representantes de servidores docentes,
81 discentes, servidores técnico-administrativos, e diretores-gerais aumentará para 5 (cinco) titulares e 5
82 (cinco) suplentes, em cada categoria. Informou-se que na próxima composição do Conselho Superior
83 deve haver o rodízio entre os conselheiros da sociedade civil, representantes das federações patronais.
84 Dentre as federações que podem participar, estão a FCDL (Federação Catarinense dos Dirigentes
85 Lojistas) e a FHORESC (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa
86 Catarina). A FCDL já se manifestou, informando que em virtude da participação em outros Conselhos
87 não terá como indicar um representante para o CONSUP. Em relação à FHORESC, aguarda-se uma
88 resposta da federação. Dessa forma, os conselheiros devem decidir qual das duas federações que
89 atualmente compõem o CONSUP continuará no próximo mandato, se a FIESC (Federação das
90 Indústrias do Estado de Santa Catarina) ou a FAESC (Federação da Agricultura do Estado de Santa
91 Catarina). O conselheiro Emanuel questionou sobre a possibilidade de se incluir no rol das federações
92 participantes do CONSUP a FECOMÉRCIO, da qual fazem parte o SESC e o Senac, entidades
93 voltadas à educação. Ele sugeriu que se consultasse a FECOMÉRCIO sobre o seu interesse em
94 participar do Conselho, para posteriormente se alterar o estatuto. **Encaminhamento:** A presidente
95 concluiu a fala sobre as eleições, ressaltando a necessidade de se mobilizar os servidores para
96 participarem do processo eleitoral. **5- Professor titular e RSC – encaminhamentos:** **a)** O Assessor
97 Executivo do IFSC, prof. Rogério Mello, apresentou algumas sugestões de alteração de processos
98 presentes nos Art. 2º e Art. 3º da Resolução Nº 05/2014/Consup de 27/02/2014, que aprova a
99 regulamentação para ascensão à classe de Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico,
100 Técnico e Tecnológico (EBTT). Em relação ao Art. 2º, no inciso III, sugeriu-se que o prazo de
101 submissão do Memorial Descritivo à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) passasse de

102 15 (quinze) dias para 30 (trinta) dias; sugeriu-se ainda, a composição da Comissão Especial a partir
103 do banco de docentes doutores da rede federal. No inciso IV do mesmo artigo, acrescentou-se que a
104 Comissão Especial de Avaliação será homologado por ato do Reitor através da expedição de portaria,
105 na qual será estabelecida uma data para a realização da reunião da Comissão. No inciso V do Art. 3º
106 foram inseridos 5 (cinco) parágrafos referentes ao fluxo do Memorial Descritivo, que estabelecem
107 que caso seja identificada alguma irregularidade ou inconsistência nos documentos apresentados,
108 estes serão devolvidos ao solicitante a fim de que sejam corrigidos, o que exigirá novo protocolo, a
109 partir do qual todos os prazos recomeçarão a contar. Ainda, estes parágrafos estabelecem que as
110 portarias comprobatórias de atividades emitidas pela Reitoria do IFSC poderão ser obtidas nos termos
111 da Instrução Normativa IN nº 02/2014/Reitoria, sendo que o parecer técnico somente será aceito em
112 situações excepcionais. No parágrafo 2º do Art. 3º, acrescentou-se que o membro da Comissão
113 Especial pode estar vinculado à mesma grande área da CAPES do requerente. **b)** O conselheiro
114 Marcos Araquem, representante dos docentes, apresentou os encaminhamentos da Resolução que
115 regulamenta a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos docentes do
116 IFSC. Ele informou que o câmpus Florianópolis fez um quadro comparativo com as propostas
117 apresentadas até agora e que a Comissão responsável por elaborar a minuta do RSC ainda está
118 analisando estas propostas. Informou também, que já foi realizada uma audiência na Reitoria, na qual
119 tiveram algumas divergências. Ainda será realizada uma audiência no câmpus São José, antes de a
120 proposta passar pela apreciação do CONSUP. O conselheiro Francisco Sobral afirmou que, no que
121 diz respeito à regulamentação do RSC, é natural que ocorram divergências e que é muito difícil
122 agradar a todos. Isto pois, há diretrizes do MEC que devem ser seguidas quando da elaboração da
123 proposta. Ele relatou a experiência do Instituto Federal Catarinense em relação à proposta do RSC
124 enviada ao MEC. Informou que a proposta retornará ao IFC para que sejam feitas as alterações
125 apontadas pela Comissão em Brasília. Diante disso, o conselheiro alertou que a aprovação do RSC
126 pelo CONSUP não garante que ele será aprovado em Brasília. Concluiu sua fala, dizendo que no
127 futuro o RSC poderá ser estendido aos TAEs. O conselheiro Clodoaldo também falou acerca das
128 diretrizes do MEC que devem ser seguidas. Alegou que falta um entendimento destas diretrizes por
129 parte de alguns servidores, o quê gera uma confusão de princípios, pois há casos em que as sugestões
130 dos docentes não podem ser acatadas porque a lei não permite. Ele sugeriu que fosse criado um e-
131 mail institucional para que os docentes pudessem discutir as questões da regulamentação do RSC. A
132 presidente salientou que existe um fórum no qual os docentes podem trocar ideias e discutir a
133 proposta de regulamentação do RSC, mas se for necessário, pode-se criar um e-mail institucional
134 para isso. Informou ainda, que o pagamento do RSC será retroativo ao mês de março de 2013.
135 **Encaminhamentos:** Os conselheiros aprovaram as alterações sugeridas nos Art. 2º e Art. 3º da
136 Resolução Nº 05/2014/Consup de 27/02/2014. Foi aprovada a reunião extraordinária a realizar-se no
137 dia 21/05/2014, para apreciação do RSC. **6- Apreciação PPI:** Os conselheiros Marcos Araquem e
138 Aparecida Rocha informaram que a conselheira Telma Pires, que também faz parte da Comissão do

139 CONSUP responsável por analisar o PPI não pôde comparecer à reunião por motivos particulares.
140 Informaram que a Comissão não fez um parecer sobre os capítulos 1 e 2 do PPI, o que ela fez foi
141 trabalhar em cima do documento original, tomando como ponto de partida as alterações sugeridas
142 pelo CEPE e com base nestas sugestões, ela fez suas próprias recomendações. Os conselheiros
143 apresentaram o documento disponível no fórum com suas recomendações, esclarecendo que as
144 alterações em amarelo foram feitas pelo CEPE, enquanto que as alterações em azul foram feitas pela
145 Comissão do CONSUP. Informaram que suas sugestões não alteram os conceitos, as concepções ou o
146 conteúdo. Salientaram que o documento precisa passar por uma revisão ortográfica e que alguns
147 pontos são repetitivos. **Encaminhamento:** A Comissão do CONSUP se reunirá com o CEPE para
148 discutir as sugestões de alterações nos capítulos 1 e 2 do PPI. Posteriormente, o documento será
149 postado no fórum para apreciação dos conselheiros e será apreciado em reunião do CONSUP. 7-
150 **Proposta de Resolução enviada pelo CEPE:** O Diretor de Ensino, prof. Paulo Roberto Wollinger,
151 apresentou uma proposta de Resolução que regulamenta os procedimentos para a execução de
152 avaliação de cursos e avaliação institucional por servidores do IFSC, para o Instituto Nacional de
153 Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Informou que, para fins de contabilização
154 de carga horária, cada atividade registrada na forma de ação terá como referência 16 horas para
155 avaliação de cursos e 20 horas para avaliação institucional. Sendo que o servidor poderá participar de
156 no máximo 4 avaliações por semestre letivo, atendendo ao máximo de 120 horas anuais. Todas as
157 avaliações registradas como ação de extensão devem ter anuência e aprovação da chefia imediata e
158 devem ser registradas no Plano Semestral de Atividades Docentes (PSAD) como atividades de
159 extensão. Os conselheiros Antônio Carradore e Clodoaldo Machado se manifestaram a favor do
160 registro das horas como atividade de extensão. O conselheiro Antônio Carradore questionou a carga
161 horária de 120 horas que limita as 8 avaliações anuais. A conselheira Berenice da Silva questionou a
162 razoabilidade de se fazer 4 avaliações por semestre letivo, pois isso implica em uma saída de sala de
163 aula por mês. Alegou que para os professores que estão em sala de aula é mais difícil se ausentar
164 tantas vezes, pois há a necessidade de reposição das atividades. **Encaminhamento:** A proposta de
165 Resolução foi aprovada pelos conselheiros, com ressalva da presidente, que solicitou que seja
166 explicitado que as 120 horas referem-se ao total de horas em atividades de extensão.

167 **8- Entrega da Resolução 13 ao CONSUP:** O Diretor de Ensino, prof. Paulo Roberto Wollinger,
168 expôs como se deu o processo de elaboração da Resolução 13, que regulamenta as atividades dos
169 docentes do IFSC. Ele salientou que foi um processo democrático, sendo que os servidores puderam
170 participar da elaboração do documento através de consulta pública nas suas diferentes versões. A 4ª e
171 mais recente versão já foi entregue para a apreciação do CEPE, do CDP e do CODIR. O prof. Paulo
172 Roberto destacou a importância da participação do CONSUP na elaboração da Resolução 13 e
173 entregou o documento, que está disponível no site <http://resolucao13.ifsc.edu.br/>, para a apreciação
174 do Conselho. A presidente informou que a decisão final quanto à aprovação da Resolução 13 cabe ao
175 CONSUP, sendo que o Conselho deve levar em consideração o que for melhor para todos: docentes,

176 discentes, IFSC e sociedade. Ela propôs que fosse criada uma comissão para avaliar os pareceres das
177 outras comissões e também para apreciar a 4ª versão da minuta da Resolução 13. O conselheiro
178 Francisco Sobral questionou o número de horas que os docentes devem se dedicar às atividades
179 voltadas à preparação de aulas, sugerindo que estas horas fossem proporcionais ao regime de trabalho
180 do docente. A conselheira Berenice destacou a importância de o docente se dedicar à preparação de
181 aulas. Ela também salientou a importância da heterogeneidade na elaboração da Resolução 13 e dos
182 debates e discussões que ela tem provocado. A presidente comunicou que o número de vagas para
183 docentes depende do número de discentes da instituição, sendo 1 (um) professor para cada 20 (vinte)
184 alunos; e acrescentou que atualmente a carga horária média dedicada ao ensino é baixa por docente.
185 O conselheiro Francisco Sobral completou a fala da presidente, informando que o orçamento dos
186 Institutos Federais depende do número de alunos por professor, e que este número de alunos está
187 estabelecido no Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais. A conselheira Maria
188 Bertília falou que acredita que o IFSC está mais voltado às atividades de extensão do que às
189 atividades de pesquisa. Ela também falou da sua preocupação em relação aos câmpus menores, que
190 em função do número de alunos por professor, podem correr o risco de ficarem com orçamento
191 próprio inadequado. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves questionou sobre o prazo para que a
192 comissão do CONSUP possa elaborar o seu parecer, sendo que este deve buscar equilíbrio entre as
193 questões relativas às condições de trabalho dos docentes, às necessidades de formação dos estudantes,
194 bem como das questões de ordem administrativa e das políticas institucionais. **Encaminhamento:**
195 Foi aprovada a constituição de uma Comissão do CONSUP, com um representante de cada categoria
196 do IFSC – diretores gerais, docentes, técnico-administrativos e discentes – que analisará a última
197 versão da minuta da Resolução 13. Foram aprovados os nomes da conselheira Maria Bertília,
198 representante dos diretores gerais e do conselheiro Emanuel, representante dos discentes para compor
199 a referida Comissão. As outras duas categorias têm até o dia 30/04/2014 para indicar seus
200 representantes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Superior, prof. Maria Clara
201 Kaschny Schneider, declarou encerrada a reunião da qual eu, Morgana Machado Jorge, Secretária
202 deste Conselho, lavrei a presente ata, que dato e assino, após assinada pela presidente e pelos demais
203 membros presentes.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
Presidente do Conselho Superior

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
Representante suplente do MEC

(justificou a ausência)
EDNA CORRÊA BATISTOTTI
Representante da SED

(justificou a ausência) _____
SÉRGIO LUIZ GARGIONI
Representante da FAPESC

ANTÔNIO JOSÉ CARRADORE
Representante da FIESC

Representada por Kátia Simone Agapito Zanela
ALESSANDRA TAGLIARI CAETANO DA SILVA
Representante da FAESC

(justificou a ausência)
ANNA JÚLIA RODRIGUES
Representante da CUT SC

(Ausente) _____
FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO
Representante da NCST SC

(Ausente)
DALTON LUÍS VENTURA
Representante dos egressos

CESAR NORBERTO RIHL DE AZAMBUJA
Representante dos egressos

ERCI SCHOENFELDER
Representante dos diretores gerais

MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI
Representante dos diretores gerais

(justificou a ausência)
TELMA PIRES PACHECO DE AMORIM
Representante dos diretores gerais

RAQUEL MATYS CARDENUTO
Representante dos diretores gerais

MARCÍLIO LOURENÇO DA CUNHA
Representante suplente dos diretores gerais

CLODOALDO MACHADO
Representante dos docentes

MARCOS ARAQUEM SCOPEL
Representante dos docentes

CLEVERSON TABAJARA VIANNA
Representante dos docentes

BERENICE DA SILVA JUNKES
Representante dos docentes

APARECIDA ROCHA GONÇALVES
Representante dos técnico-administrativos

DELMAR MOREIRA COUTRIN
Representante dos técnico-administrativos

Representado por Viviane Patrícia Hermes Andrade
DOUGLAS DENI ALVES
Representante dos técnico-administrativos

(justificou a ausência)
ANDRÉ DALA POSSA
Representante dos técnico-administrativos

(Ausente) _____
JOANA ALEXANDRINA
Representante dos discentes

(justificou a ausência) _____
FERNANDO TOPAL RAMTHUN
Representante dos discentes

EMANUEL LUIZ FLORES DA SILVA
Representante dos discentes

(justificou a ausência)
GUERRANDO PALEI JÚNIOR
Representante dos discentes

MORGANA MACHADO JORGE
Secretária do Conselho Superior